

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO OU O URBANO COMO QUADRO ECOLÓGICO: DISTINTAS E DISTANTES VISÕES TEÓRICAS SOBRE A URBANIZAÇÃO DE MACAÉ - RJ

THE PRODUCTION OF URBAN SPACE OR URBAN SPACE AS AN ECOLOGICAL FRAMEWORK: DISTINCT AND DISTANT THEORETICAL VIEWS ON THE URBANIZATION OF MACAÉ - RJ

Oséias Teixeira da Silva

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do Instituto Federal Fluminense – IFF.
E-mail: oseias.silva.10@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo buscamos analisar duas concepções distintas sobre o urbano. A primeira delas é referenciada no trabalho de Henri Lefebvre e concebe o processo de produção do espaço como um elemento central da reprodução social, apontando ainda para a produção do espaço como crescentemente vital ao processo de acumulação de capital. Analisamos no texto o fato de que essa importância crescente da produção do espaço como atividade produtora de mais valia, advém dos reforçados vínculos entre o imobiliário e o financeiro dentro do contexto de globalização econômica. Estes vínculos permitem “mobilizar o imobiliário” fazendo que os fluxos financeiros fluam para o mercado imobiliário. Outra concepção é a que emana do trabalho de Manuel Castells que vê a cidade como um quadro ecológico, uma simples forma resultante de um processo de desenvolvimento socioeconômico. Então buscamos mobilizar essas duas visões teóricas distintas para a compreensão da urbanização da cidade de Macaé – RJ. A metodologia do trabalho consiste em uma revisão teórica da bibliografia, focando especialmente nas obras de Lefebvre e Castells, na primeira parte do trabalho e na segunda parte em um estudo empírico baseado em uma pesquisa desenvolvida pelo autor entre os anos de 2018 e 2020. Uma das principais conclusões do trabalho é de que as duas concepções sobre o espaço urbano apresentadas na primeira parte influenciam diretamente na forma como se compreende o espaço urbano.

Palavras-chave: produção do espaço urbano; quadro ecológico; Macaé-RJ.

ABSTRACT

In this paper we seek to analyze two distinct conceptions of the urban. The first one is referenced in the work of Henri Lefebvre and conceives the process of production of space as a central element of social reproduction, also pointing to the production of space as increasingly vital to the process of capital accumulation. We analyze in the text the fact that this growing importance of the production of space as an activity that produces surplus value comes from the reinforced links between real estate and finance within the context of economic globalization. These links make it possible to "mobilize real estate" by causing financial flows to flow to the real estate market. Another conception is that emanating from the work of Manuel Castells who sees the city as an ecological framework, a simple form resulting from a process of socioeconomic development. So we seek to mobilize these two distinct theoretical views for the understanding of the urbanization of the city of Macaé - RJ.

Keywords: *urban space production, ecological framework, Macaé - RJ.*

INTRODUÇÃO

O pensamento de Henri Lefebvre tem sido nas últimas décadas uma grande fonte de inspiração para o desenvolvimento de um pensamento urbano crítico, tanto na geografia como em outras ciências sociais. A concepção de produção do espaço social, por exemplo, diretamente influenciado pelo trabalho desse autor tem permitido a abordagem de uma infinidade de problemáticas e abordagens inovadoras no estudo do urbano. O presente artigo visa discutir um aspecto crucial do pensamento desse autor, que se acredita que merece uma discussão mais aprofundada: ou seja, a sua concepção de que a produção do espaço se torna uma atividade econômica essencial ao capitalismo, à medida que o capital que parece esgotar-se e encontra um novo alento na produção do espaço.

Assim buscaremos demonstrar, que dentro do contexto do pensamento marxista no qual Lefebvre se insere, ele aponta para uma transformação crucial na dinâmica de acumulação capitalista a partir da qual a produção do espaço, e não mais a produção de produtos industriais (que continua a ocorrer) se torna a principal fonte de acumulação do capital, ou seja, o capital se reproduz cada vez mais a partir do processo de produção do

espaço e não apenas a partir do processo de produção de mercadorias industriais. Acredita-se que tal percepção é fundamental para a compreensão que a economia capitalista e a urbanização contemporânea tendem caminhar cada vez mais em conjunto. Essa visão de espaço se contrapõe a de Castells, analisada a seguir, que aponta a cidade como um quadro ecológico cujas características são resultantes do desenvolvimento socioeconômico. Em seguida se analisa como essas duas visões de espaço poderiam ser úteis para a compreensão do processo de urbanização da cidade de Macaé.

Com esse objetivo em mente o presente artigo tem a seguinte estrutura: no primeiro tópico iremos apresentar a abordagem de Lefebvre sobre a relação entre o processo de acumulação de capital e o processo de produção do espaço e com base nessa relação buscaremos analisar como tais processos tendem a convergir cada vez mais no mundo contemporâneo.

No tópico seguinte apresentaremos à crítica de Castells a visão de Lefebvre. De forma geral, argumentaremos que as críticas de Castells partem de uma compreensão de que o espaço é um quadro ecológico e não uma produção social. Assim a crítica de Castells aponta para a defesa de uma concepção de espaço como ambiente físico, (ou mesmo um quadro ecológico, conforme as palavras do autor), ainda hoje fortemente presente nas ciências sociais, que veem o espaço ora como sinônimo de natureza, de espaço vazio ou de mero palco onde se desenrolam as ações sociais.

Posteriormente buscamos usar essas duas concepções teóricas como ferramentas para compreender o processo de urbanização da cidade de Macaé-RJ. Apontamos como a partir de cada uma dessas concepções temos uma compreensão distinta de como se desenvolve a urbanização da cidade de Macaé, e conseqüentemente, das formas necessárias de atuação do Estado e da sociedade civil para o enfrentamento dos problemas advindos dessa urbanização.

Nas considerações finais buscaremos discutir essas duas visões distintas sobre o espaço e como elas contribuem para a compreensão da urbanização atual. Não se trata de considerar uma visão como correta e outra como incorreta, mas apenas considerar quais as consequências de cada uma para a compreensão da urbanização, e quais as limitações e potencialidades de cada uma dessas visões.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A primeira vista não parece haver uma forte relação entre a produção do espaço social e a acumulação de capital. Ao longo da história do capitalismo, de fato, esta relação não tem sido tão imediata. O processo de acumulação de capital esteve pelo menos desde o desenvolvimento da grande indústria ao longo do século XIX, associado com o processo de produção de mercadorias e apropriação da mais valia.

No contexto da produção fabril o espaço urbano era um importante suporte a produção industrial, sendo a localização das fábricas, tanto em relação ao preço dos terrenos quanto em relação à acessibilidade ao mercado consumidor e de trabalho de grande importância para o desenvolvimento das indústrias.

O crescimento das atividades industriais e a intensificação do processo de acumulação de capital levarão a um grande crescimento urbano, crescimento este que é tanto consequência quanto condicionante do processo de industrialização. No entanto, a produção do espaço urbano em si, embora fundamental ao processo de acumulação de capital, não é neste momento uma atividade que contribui para a formação da mais valia.

Nesse sentido não é surpresa que Marx (1987) não realize nenhuma discussão sobre a natureza do espaço urbano. Isto ocorre porque obviamente, dentro da linha de argumentação dialética promovida ao longo do volume um do Capital na qual a estrutura do sistema produtivo é compreendida a partir da natureza da mercadoria em sua unidade como

valor de troca e valor de uso, a importância do espaço urbano é marginal, justamente porque o urbano não é em si produzido como mercadoria, ou pelo menos, a produção do espaço não contribui significativamente para o processo de acumulação de capital que se desenvolve nas indústrias.

De certa forma, podemos afirmar que a produção do espaço embora envolva investimento de capitais, geralmente de pequena monta, nesse momento, é realizado em grande parte a partir de processos que escapam a dinâmica do capital, como ocorre, por exemplo, com a produção de moradias sob encomenda, que durante muito tempo teve grande importância no processo de produção do espaço no Brasil (RIBEIRO, 1997). Tal situação se modifica completamente na atualidade, pois:

A produção do espaço, em si, não é nova. Os grupos dominantes sempre produziram este ou aquele espaço particular, o das cidades antigas, o dos campos (aí incluídas as paisagens que em seguida parecem naturais). O novo é a produção global e total do espaço social. Essa extensão enorme da atividade produtiva realiza-se em função dos interesses que a inventam, dos que a gerem, dos que nela se beneficiam (largamente) [...] (LEFEBVRE, 1999, p. 139)

Como o autor afirma logo de início o processo de produção do espaço urbano não é nenhuma novidade e podemos dizer que faz parte da relação do homem com a natureza. Se o homem se relaciona com a natureza buscando produzir os objetos que são necessários a sua sobrevivência (MARX, 2001), esse mesmo processo de trabalho também leva a produção de um espaço social, resultado de alteração mais ou menos radical em relação ao ambiente natural e capaz de oferecer abrigo ao homem bem como aos objetos por ele produzidos. Assim o espaço social, especialmente a cidade, é a obra humana por excelência, sendo, portanto, fruto de uma relação sóciometabólica entre a sociedade e natureza da mesma forma que outros produtos do trabalho humano.

E como a produção espaço é um elemento fundamental da acumulação de capital, o que importa não são apenas aqueles espaços

outrora denominados de espaços produtivos, mas sim a totalidade do espaço. A totalidade do espaço é o que importa, pois é no controle da produção da totalidade do espaço, a partir da fração produzida diretamente pelo capital, que está hoje um dos elementos fundamentais para a reprodução do capital financeirizado. A essa altura seria interessante contrapor essa visão de espaço urbano, desenvolvido a partir da obra de Lefebvre com a visão de espaço que aparece na obra de Castells (1983), justamente a partir da crítica da obra de Lefebvre.

A CRÍTICA DE CASTELLS E SUA VISÃO DE ESPAÇO

A obra de Castells (1983), a Questão Urbana, pode ser vista já no título, como uma crítica a obra de Lefebvre. Como o autor explica na introdução o título da obra significa afirmar que existe de fato uma “questão urbana, que aflora em todo o mundo desenvolvido após os conflitos de 1968. Assim com esse título o autor se colocaria numa posição intermediária entre aqueles autores marxistas que viam a questão urbana apenas como uma cortina de fumaça para escamotear as verdadeiras contradições do mundo da produção e por outro lado, aqueles autores, e aqui Castells (1983) se refere basicamente a Lefebvre, que percebem as transformações urbanas como indicativas de um novo tempo, ou seja, uma revolução urbana. Na visão de Castells (1983), Lefebvre seria o grande representante à esquerda daquilo que ele denomina ideologia urbana, ou seja, a ideia de que é uma forma, ou seja, o urbano, e principalmente o adensamento urbano o responsável pelas transformações sociais. Segundo o autor:

Quando falamos de “sociedade urbana”, não se trata nunca da simples constatação de uma forma espacial. A “sociedade urbana”, no sentido antropológico do termo, quer dizer um certo sistema de valores, normas e relações sociais possuindo uma especificidade histórica e uma lógica própria de organização e de transformação. Dito isto, o qualificativo de “urbano”, agregado à forma cultural assim definida, não é inocente. Trata-se, como já assinalamos, de conotar a hipótese

da produção da cultura pela natureza ou, se preferirmos, de um sistema específico de relações sociais (a cultura urbana) por um determinado quadro ecológico (a cidade) (CASTELLS, 1983, p.187).

Segundo Castells (1983) nessa obra, a ideia de sociedade urbana, termo utilizado por Lefebvre, remete a uma relação entre uma forma: o urbano e um conjunto de normas, práticas e valores sociais. Esta associação direta entre uma forma e a cultura, e mais ainda a ideia de que uma forma pode gerar cultura e relações sociais seria justamente a ideologia urbana, ideologia essa que teria Lefebvre como um de seus principais representantes dentro da esquerda. Curioso o fato de que Castells (1983) associa o urbano a uma forma e mesmo a natureza. Esta é uma forma bastante limitada de se ver o significado do espaço urbano e, no entanto, é uma visão bastante comum dentro das ciências sociais, ou seja, a de que o espaço, mesmo o espaço urbano, se refere à natureza, ao espaço físico e nada mais.

Essa visão que limita o espaço a sua dimensão natural e física pode ser considerada predominante na maioria das ciências sociais ao longo de seu desenvolvimento (SOJA, 1993). Como é algo inerte, é impossível admitir que o espaço possa ter algum papel na transformação social, na produção da cultura e dos valores social. Assim imaginar qualquer papel do espaço na produção da cultura significa adotar uma ideologia urbana, ou seja, pensar que uma coisa, uma forma, um quadro ecológico, seria capaz de interferir nas relações sociais. Tal seria, segundo Castells (1983), aquilo que fez Lefebvre. Segundo o autor:

[...] Todavia, a problemática acabou submergindo o pensador e, partindo de uma análise marxista do fenômeno urbano, ele desemboca, cada vez mais, através de uma evolução intelectual bastante curiosa, numa teorização urbanística da problemática marxista. É neste sentido, por exemplo, que depois de ter definido a sociedade emergente como urbana, declara que a revolução também, a nova revolução, logicamente, é urbana (CASTELLS, 1983, p. 142).

A crítica de Castells (1983) parte, portanto de uma concepção de espaço oriunda da Física e amplamente difundida nas ciências sociais, embora muito pouco teorizada como tal. Nessa visão o espaço é simplesmente uma coisa, uma realidade física, um palco em que se desenrolam os fenômenos sociais, se assemelhando, portanto a concepção ocidental de natureza. Seria, portanto absurdo imaginar que esse palco, essa forma urbana tenha algum papel na dinâmica social. Assim o espaço seria apenas um substrato, matéria inerte e sem nenhum papel efetivo no condicionamento das ações sociais.

Dessa maneira, seria possível até mesmo uma teorização marxista do fenômeno urbano, ou seja, uma teorização marxista dos fenômenos sociais que acontecem no espaço urbano. Mas uma vez que o espaço é simplesmente uma forma jamais seria possível uma teorização urbanística da problemática marxista, ou seja, trata-se de uma heresia o esforço lefebvriano para inserir a dinâmica da produção do espaço no cerne da teoria marxista.

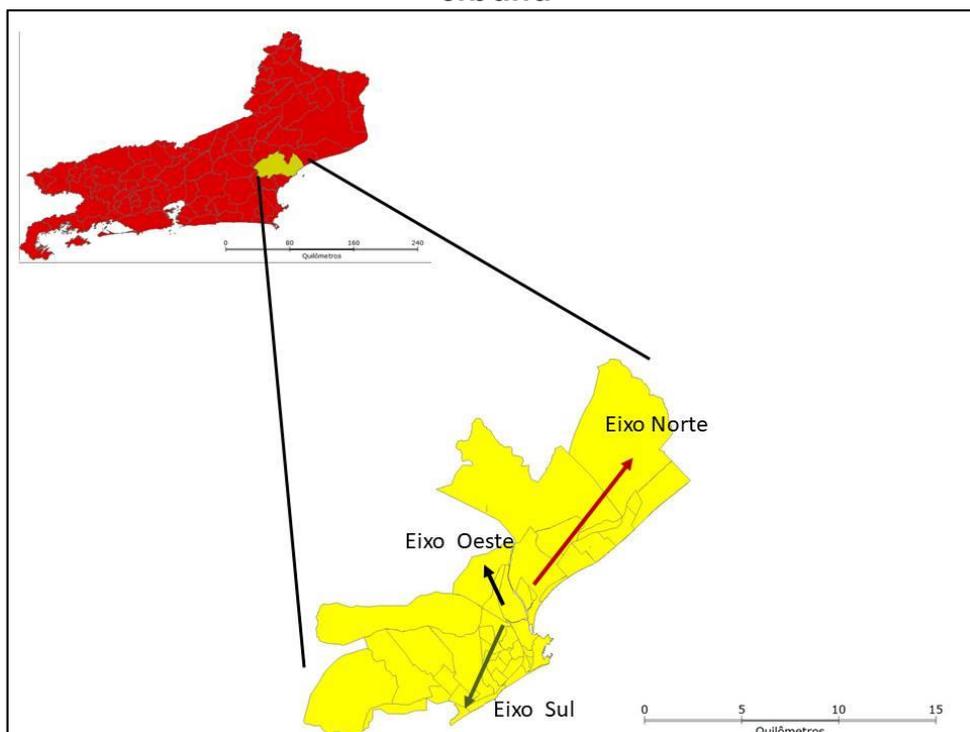
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE MACAÉ – RJ: CRÍTICA A URBANIZAÇÃO CAÓTICA

Uma forma de apontar as diferenças entre essas duas concepções é analisar o processo de urbanização da cidade de Macaé-RJ, a partir da década de 1970, marcado pelo crescimento acelerado da população e da área urbana. A cidade de Macaé se localiza no interior do Estado do Rio de Janeiro, sendo conhecida como a cidade do Petróleo, tendo passado por uma fase de intenso crescimento urbano a partir da década de 1970, devido à implantação da base logística da Petrobras para apoio as atividades offshore na bacia de Campos. A instalação de inúmeras empresas do ramo offshore na cidade, o crescimento da exploração de petróleo na Bacia de Campos e a geração de empregos qualificados e bem remunerados no setor gerou uma intensa dinâmica urbana manifestada na expansão constante do

tecido urbano e da população que mais que triplicou entre 1970 e 2010 (SILVA, 2019).

Nesse contexto, um dos setores com mais intenso dinamismo é justamente o setor imobiliário, em que temos a produção em sequência de bairros nobres, a partir de um eixo que se configura a partir da praia dos Cavaleiros e dentro desses bairros temos a produção de condomínios fechados e outras formas de enclaves como *shopping centers*. Dentro desse eixo sul, que se inicia grosso modo a partir do bairro de Cavaleiros é que se concentra a produção imobiliária de alto padrão voltada para a classe média e média alta. Outros dois eixos se configuram com a expansão da mancha urbana da cidade a partir da década de 1970: um eixo norte, que se inicia após a ponte da Barra que cruza o Rio Macaé e um eixo oeste que se inicia no bairro Aroeira. A figura 1 apresenta a localização da cidade de Macaé no estado do Rio de Janeiro e dos eixos de expansão urbana dentro dessa cidade.

Figura 1 - localização da cidade de Macaé e seus eixos de expansão urbana



Fonte: IBGE (2010). Organização e Geoprocessamento: Oséias Teixeira da Silva.

Esse crescimento foi desde o início orientado pela instalação das bases mais importantes da Petrobras na cidade: a base de Imbetiba, o Terminal Cabiúnas e o Terminal Parque de Tubos. Duas dessas unidades foram instaladas em pontos extremos do município, em áreas bem distantes do tecido urbano consolidado da cidade.

O eixo Norte está diretamente ligado à presença do Terminal Cabiúnas, instalação da Petrobras utilizada para envio de petróleo e gás para a Reduc e mais recentemente também utilizada como local de beneficiamento do gás natural (PESSANHA, 2017). Já o eixo Sul está diretamente ligado à presença do Terminal Parque de Tubos, unidade que funciona como retroporto do porto de Imbetiba, além de abrigar outras instalações da empresa. Na base Imbetiba, por outro lado, além de termos o porto que é utilizado para abastecer as plataformas da bacia de Campos, também temos a base administrativa da empresa na cidade.

A base de Imbetiba fica no bairro de mesmo nome, bairro este que é um dos mais antigos da cidade tendo sido este bairro e a praia nele localizado o responsável pela fama de balneário adquirida pela cidade nos anos 1950. Porém o Terminal Parque de Tubos e o Terminal Cabiúnas foram quando da chegada da Petrobras na cidade na década de 1970, localizados em pontos extremos dos limites municipais, sendo o Parque de Tubos bem próximo à divisa com o município de Rio das Ostras e o Terminal Cabiúnas bem próximo à divisa com o município de Quissamã.

O crescimento da cidade de Macaé, de caráter fortemente linear, também deve ser compreendido no contexto da integração com o município vizinho de Rio das Ostras, sendo que devido à proximidade deste município com o Parque de Tubos e o menor custo dos terrenos fez com que boa parte da expansão urbana que poderia ter se dado em Macaé acabasse se direcionando a este último município, o que reduziu a tensão no sentido da verticalização da cidade. A partir disso podemos afirmar a expansão urbana da cidade de Macaé é na sua gênese dispersa, estimulada pela presença

dessas duas unidades da Petrobras e do conjunto de empresas que irá se instalar no entorno dessas duas unidades em áreas muito distantes do tecido urbano consolidado da cidade.

Tal padrão de expansão urbana, com o tecido urbano se expandindo fortemente nessas duas direções explica algumas características marcantes da estrutura urbana da cidade de Macaé, como a baixa presença de áreas verticalizadas e a extensão fortemente linear da maior parte de sua mancha urbana. Em conjunto com essa grande expansão urbana temos um forte incremento populacional, sendo que segundo dados censitários, o município de Macaé possuía em 1970, 65.318 residentes enquanto em 2000, tinha 132.461 residentes e em 2010, 206.728 residentes. Portanto entre 1970 e 2000 a população do município mais que dobrou enquanto entre 2000 e 2010, portanto ao longo de apenas 10 anos, a população do município cresceu em mais 70.000 habitantes (IBGE, 2000; IBGE, 2010).

As duas formas de compreender o espaço urbano discutidas nesse texto são passíveis de serem aplicadas na compreensão da urbanização dessa cidade. Iniciamos com a visão de Castells (1983) uma vez que esta é a forma ainda hegemônica de como as ciências sociais enxergam o espaço. Nesta visão a cidade é o quadro ecológico no qual se desenvolvem os processos sociais e qualquer tentativa de associar diretamente a cultura ou a economia a uma forma urbana devem ser evitadas.

Uma vez que as teias que tecem a interrelação metabólica entre a sociedade e seu espaço são cortadas, uma cidade só pode ser vista como resultado do seu desenvolvimento econômico e social. Assim, quando se analisa o crescimento urbano e populacional explosivo dessa cidade uma palavra vem de forma quase imediata a nossa mente: caos. Configurar a urbanização macaense como caótica é uma forma bastante comum de dar sentido a esse processo e ao seu resultado material, que é uma cidade fortemente segregada, com grande concentração de pobreza e ainda assim

uma cidade de elevado custo de vida além de excessivamente congestionada para uma cidade de porte médio.

Porque interpretar a cidade como um quadro ecológico leva, no caso da urbanização de Macaé, diretamente a discussão da urbanização caótica? Porque ao enfatizar o espaço como resultado, só é possível indicar que neste espaço urbano em questão temos uma ausência de racionalidade em seu desenvolvimento urbano e essa falta de racionalidade, de iniciativa e controle por parte do poder público gerou uma forma caótica de urbanização em que a cidade aparece marcada por grande número de áreas "informais", como favelas e loteamentos populares, com grande déficit de infraestrutura e amenidades urbanas. O caos é, portanto, resultante de uma forma de desenvolvimento econômico concentrador de renda que desemboca em um espaço urbano problemático, embora ao mesmo tempo dinâmico, como apontado por Piquet (2005, p. 7):

Com isso, mais empresas se instalaram em Macaé, atuando à montante como fornecedoras de máquinas, equipamentos, peças, componentes e materiais de transporte às petroleiras e à jusante atendendo à demanda do mercado formado pelos empregados diretos da Petrobras, das empresas terceirizadas, além dos postos de trabalho indiretamente gerados em setores como os da construção civil, do comércio e de serviços. Sem dúvida, nessas duas décadas, Macaé se transformou em centro urbano dinâmico, que renovou totalmente sua estrutura produtiva e se encontra inserido nos circuitos da economia global. Toda essa prosperidade provocou um afluxo maciço de população que sobrecarrega os serviços de infraestrutura urbana, educacionais e de transporte.

Embora de forma nenhuma incorreta, tal descrição apresentada no texto, corrobora de forma muito clara a concepção de Castells (1983) em que o espaço aparece como um quadro ecológico, cuja evolução é o resultado do desenvolvimento econômico e social. A linha de argumentação nesse trecho é bem clara e tal argumentação aparece em outros textos acadêmicos e não acadêmicos que abordam a transformação da cidade. Primeiro temos a chegada da Petrobrás e das empresas offshore a ela ligadas.

O desenvolvimento da atividade de produção de petróleo gera inúmeros empregos qualificados e bem pagos diretamente no setor de petróleo e indiretamente em setores como construção civil, comércio e serviços. Com isso a cidade de Macaé cresce e se transforma em um centro urbano dinâmico, moderno e conectado aos circuitos globais de produção. No entanto, como contrapartida desse crescimento urbano e populacional acelerado temos uma “sobrecarga” em relação aos serviços de infraestrutura urbana, educacional e de transporte.

Portanto, como consequência do desenvolvimento econômico e social de Macaé, há o crescimento de favelas e ocupações irregulares, devido à intensa chegada de novos moradores (BARUQUI, 2004). Assim o termo “sobrecarga” é um termo neutro e técnico que bem poderia ser substituído, em um discurso não acadêmico, por exemplo, pelo termo mais fortemente negativo: caos ou mesmo urbanização caótica.

Porém o termo sobrecarga apresenta a mesma ideia básica de um exagero da urbanização como resposta ao desenvolvimento socioeconômico, sendo que o termo “caos” apenas enfatiza o aspecto negativo desse processo. Teríamos então um descompasso entre de um lado o processo ativo: o desenvolvimento socioeconômico de Macaé e de outro lado o processo passivo: a urbanização da cidade, a expansão, portanto, do quadro ecológico em que se desenvolve esse processo socioeconômico.

Temos, portanto, um crescimento urbano além do que seria funcional no sentido de incrementar o desenvolvimento socioeconômico da cidade, gerando, portanto, um excedente de população, que não pode ser absorvida pelos empregos gerados nas atividades econômicas e um excedente de espaços urbanos, que não podem ser adequadamente providos de infraestrutura por parte do Estado e integrados ao tecido urbano pré-existente.

“Caos” e “sobrecarga” são, portanto, termos aparentemente distintos mais que apontam para a mesma percepção de uma urbanização

“excedente” e disfuncional apenas variando o grau em que cada um dos termos identifica a intensidade dessa disfuncionalidade. Se caos aponta diretamente para os aspectos negativos resultantes da conformação de Macaé como um quadro ecológico resultante da conformação da cadeia de produção de petróleo nesta cidade, o termo sobrecarga aponta principalmente para a incapacidade das demandas geradas por esse crescimento econômico serem absorvidos pela estrutura econômica e pelas organizações políticas presentes neste local. Não há nada de essencialmente errado com essa narrativa, o problema com ela é que deixa completamente de fora toda a dinâmica relacionada à produção do espaço dessa cidade, os agentes e interesses nela envolvidos.

Quando falamos em uma urbanização “caótica” ou “sobrecarregada”, estamos colocando, mesmo que não nos apercebamos disto, essa urbanização como um mero resultado e, portanto, como a consequência, inevitável ou não de uma série de transformações socioeconômicas ocorridas em um espaço delimitado. E se nos perguntássemos se apesar de caótica ou sobrecarregada tal processo de urbanização atende a alguma racionalidade ou a algum conjunto de interesses, tais perguntas nos levariam para outro tipo de abordagem no qual não se trata mais de descrever a urbanização com um resultado, mas como um processo, desencadeado pela ação de agentes específicos e com interesses bem delimitados. Assim podemos falar de práticas espaciais como mediação entre a produção do espaço social e ação individual de cada agente, seja ele o capital, o Estado ou qualquer outro. Dentro de uma tríade conceitual, Lefebvre (1995, p. 31) apresenta o conceito de práticas espaciais conforme o trecho a seguir:

Spatial practice, which embraces production and reproduction, and the particular locations and spatial sets characteristic of each social formation. Spatial practice ensures continuity and some degree of cohesion. In terms of social space, and of each member of a given society's relationship to that space, this cohesion implies a guaranteed level of competence and a specific level of performance.

O termo chave para compreender o conceito de práticas espaciais é o de coesão. Práticas espaciais são, portanto, um amplo conjunto de práticas sociais vinculadas às necessidades de produção e reprodução social e que dão a cada sociedade um nível de coesão e continuidade. Essas práticas são, portanto, de caráter repetitivo e que ensejam a continuidade das formas de organização social e espacial. Portanto, as práticas espaciais dão ao conjunto heterogêneo que compõe a sociedade um mínimo de coesão, permitindo a continuidade das práticas produtivas e reprodutivas.

Embora geralmente não pensemos muito sobre isso, a manutenção do espaço social nas mesmas condições requer um grande número de práticas espaciais assentadas em trabalho humano e levado a cabo por diversos agentes. Quantas práticas espaciais estão envolvidas num simples ato de tomar o café da manhã, considerando que muitas vezes os artigos a mesa, e mesmo a própria mesa, foram produzidas a milhares de quilômetros de distância?

A concepção de prática espacial, portanto, está diretamente ancorada na concepção de produção do espaço, anteriormente discutida neste artigo. Portanto, são as práticas espaciais de diferentes agentes que estão no cerne do processo de produção do espaço, ou dito de outra forma a produção do espaço é resultado das práticas espaciais, convergentes e divergentes, de distintos agentes sociais. Quanto há alinhamento nos interesses dos agentes sociais há a possibilidade de ação convergente dos mesmos (ABRAMO, 2007). Por outro lado quando existem divergências entre diferentes agentes sociais, existe a possibilidade de conflitos que podem se desenrolar de diversas formas.

Analisando a urbanização maccaense a partir do prisma das práticas espaciais e da produção do espaço um tipo de análise completamente distinta se configura. Não cabe mais falar em urbanização caótica ou de sobrecarga, por mais que esses sejam efeitos reais da urbanização dessa cidade. Pois embora inextricavelmente ligada ao desenvolvimento das

atividades econômicas que se desenrolam na cidade, a produção do espaço em Macaé, a urbanização macaense é em si um processo social, resultado da ação convergente ou divergente de inúmeros agentes sociais com interesses também convergentes ou divergentes.

Nessa perspectiva, o caos ou sobrecarga é revisto como um aspecto característico da maneira como a urbanização da cidade se desenvolve, sendo que o importante, portanto, mais que destacar o “caos” ou a “sobrecarga” é compreender os interesses e as práticas espaciais específicas que levaram a conformação de uma urbanização com tais e tais características e não outras.

No caso específico da urbanização macaense podemos identificar um conjunto de agentes sociais com interesses específicos que de diferentes formas contribuem para a configuração da urbanização macaense se dê dessa maneira e não de outra e que lucram fortemente com essa urbanização que é “caótica” do ponto de vista social. Portanto, esse caos que aparece claramente quando analisamos os aspectos gerais da urbanização desta cidade se colocam de outra perspectiva do ponto de vista dos agentes considerados individualmente. Do ponto de vista desses agentes individuais, em alguns casos, o que temos é um processo de urbanização que é altamente lucrativo e que oferece grandes oportunidades de valorização dos diferentes capitais.

No restante deste trabalho iremos focar em um desses agentes, seus interesses e práticas espaciais e como essas práticas contribuem para o processo de produção do espaço urbano de Macaé. Importante colocar que consideramos agente social uma tipologia que comporta várias empresas ou indivíduos a partir de interesses e ações similares. Dessa forma agente não se confunde com indivíduo. O agente social que iremos destacar neste trabalho é o proprietário fundiário.

A compreensão dos interesses relacionados à produção do espaço nesta cidade aparece, por exemplo, pela informação de que a prefeitura de

Macaé, ao longo da gestão do prefeito Riverton Mussi (2004-2008) desapropriou mais de 200 milhões de reais em terrenos para execução de diversas obras, sendo que boa parte desses terrenos eram de propriedade de famílias de vereadores (EXTRA, 2016). A farrá do petróleo, segundo podemos compreender analisando o texto da reportagem, significa tanto a utilização de recursos públicos para a realização do valor de imóveis privados como também a criação de novos eixos de valorização a partir dos investimentos públicos realizados a partir dessas desapropriações.

Um exemplo disso, levantado pela pesquisa realizada pelo autor é a desapropriação de um amplo terreno as margens da rodovia Linha Verde, rodovia criada para facilitar o acesso ao terminal Parque de Tubos evitando o tráfego de veículos pesados pelo centro da cidade. Neste terreno foi implementada a nova sede da Câmara Municipal e do Fórum da cidade. Este terreno pertencia à família de um vereador da cidade. A instalação desses dois órgãos públicos as margens dessa rodovia, por sua vez, além de todo o investimento em infraestrutura realizado pela prefeitura, levou a valorização dos terrenos ao longo da Linha Verde, permitindo que esta rodovia se tornasse uma área propícia à criação de novos empreendimentos imobiliários.

A partir dessa produção imobiliária capitalista, se conforma um processo de valorização fundiária que eleva os preços de outros terrenos na localidade que são de propriedade da mesma família, que é por sinal, uma das principais proprietárias de terras no entorno da linha verde. Assim não podemos considerar a relação entre a construção da Linha Verde, da nova sede da Câmara e do Fórum da cidade e a valorização fundiária das terras da família deste vereador em questão como mera coincidência. Podemos afirmar que o que temos aqui é uma prática espacial, em que a construção dos edifícios públicos e da própria estrada são vistos como elementos da valorização fundiária dos proprietários fundiários, e aqui obviamente não estamos nos referindo apenas a família deste vereador, mas ao conjunto dos proprietários fundiários da área em questão.

Assim mesmo que o valor da desapropriação para a construção da estrada, por exemplo, seja considerada baixa pelo proprietário fundiário, a valorização fundiária dos demais terrenos de sua propriedade no entorno desta estrada mais que compensam essa suposta perda. Portanto, estamos falando de estratégias e práticas espaciais de agentes sociais concretos que conformam padrões de produção do espaço delimitados que mesmo que caóticos do ponto de vista social podem ser extremamente lucrativos e, portanto, racionais, do ponto de vista do agente social individualmente considerado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão do espaço como ambiente físico ou natureza nos auxilia pouco na compreensão da urbanização atual. Se em momentos anteriores, em que a produção do espaço era uma consequência da produção social, esta visão já não era totalmente adequada à compreensão do processo de urbanização, no momento atual, em que a produção do espaço é em si uma das principais formas de produção social e os agentes capitalistas têm cada vez mais suas atenções voltadas para a produção do espaço, compreendê-lo como ambiente natural é limitar as possibilidades de análise dos diferentes fenômenos que se desenrolam nos espaços urbanos.

Em relação à urbanização de Macaé, apontamos neste trabalho que a visão da cidade como um quadro ecológico, produz um discurso que vincula diretamente a expansão urbana dessa cidade ao caos ou mesmo a sobrecarga da infraestrutura social econômica devido à grande demanda da população em crescimento acelerado. Embora não necessariamente incorreta essa visão ignora a realidade do espaço como um produto e um processo, sendo não apenas uma consequência do desenvolvimento socioeconômico. Ao buscarmos compreender a urbanização desta cidade a partir da perspectiva da produção do espaço, nos remetemos diretamente ao conceito de práticas espaciais. Acreditamos que tal conceito é uma

chave no sentido de realizar a mediação entre a produção do espaço como processo social de amplo espaço e os interesses dos agentes sociais concretos. A produção do espaço poderia ser vista como o resultado contraditório e inconstante das práticas espaciais dos mais diversos agentes sociais.

Para exemplificar essa questão teórica apontamos o papel dos proprietários fundiários, que em associação direta com o poder público atuaram facilitando a criação de novos eixos de valorização imobiliária na cidade, o que permitia aos proprietários grandes ganhos com a venda dos seus imóveis. Dessa maneira tais agentes estavam diretamente interessados na expansão urbana e lucraram com ela, por mais que essa expansão em seu conjunto dê a urbanização macaense um aspecto caótico. Obviamente, caso fosse possível analisar de forma mais aprofundada a ação de outros agentes sociais, tarefa totalmente fora do escopo deste artigo, teríamos uma visão ainda mais acurada da produção do espaço nessa cidade seria possível.

No entanto a visão de espaço como sinônimo de ambiente físico é tão arraigado no pensamento ocidental que mesmo admitindo o espaço como fruto de uma produção social muitas vezes não somos capazes de desenvolver todas as consequências dessa afirmação inicial. Afinal se o espaço é uma produção social, tal produção precisa ter um papel no conjunto da produção capitalista. Não apenas isso todo o discurso e a análise sobre o processo de urbanização precisam ser repensados, uma vez que não podemos descrever esse processo como se a cidade fosse um mero quadro ecológico. O que apontamos nesse trabalho é que o espaço cada vez mais tem se colocado como uma forma de produção determinante para a reprodução do capital financerizado a nível mundial.

Se o espaço é um produto, e como produto uma das principais arenas de produção de mais valia temos a necessidade de realizar, a partir do caminho trilhado por Marx (1987) na análise da produção capitalista em geral,

a análise da produção do espaço como atividade produtiva capitalista, compreendendo seus elementos e determinantes no sentido de reproduzir o processo de produção do espaço como concreto pensado. Para esse caminho consideramos fundamental a análise das práticas espaciais dos agentes sociais que concorrem para esse processo de produção. E é nesta direção que buscamos apontar neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. **A cidade caleidoscópica:** coordenação espacial e convenção urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BARUQUI, Solange Silva C. **A cidade formal e cidade informal em Macaé:** uma análise do crescimento habitacional na década de 90. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2004.

CASTELLS, Manuell. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

EXTRA. Candidato a prefeito de Macaé será beneficiado por desapropriações. **Globo.com**, 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/candidato-prefeito-de-macaee-sera-beneficiado-por-desapropriacoes-20138397.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

IBGE. **Censo demográfico 2000:** características gerais da população: resultados da amostra. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=783>. Acesso em: 26 ago. 2021.

IBGE. **Censo demográfico 2010:** características gerais da população: resultados da amostra. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space.** Cambridge: Basil Blackwell, 1995.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

PESSANHA, Roberto Moraes. **Relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades**. 2017. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PIQUET, Rosélia. Norte Fluminense: mudanças e incertezas na era do petróleo. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, nº 2, 2005, Santa Cruz do Sul, RS – Brasil. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2005. Santa Cruz do Sul - RS, **Anais** [...]. Santa Cruz do Sul - RS: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2005.

RIBEIRO, Luís César Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.

SILVA, Oséias Teixeira da. O processo de integração urbana em discussão: o papel dos deslocamentos pendulares na conformação de uma aglomeração urbana não-metropolitana. **Revista Espaço e Economia**, n. 16, 2019.

SOJA, Edward Walker. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.